

5. A DEMOCRACIA COMO PROCESSO DE DISPUTA E A SOCIEDADE CIVIL COMO *LOCUS* DE LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA: A COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA SHANGRI-LÁ COMO SUJEITO COLETIVO

Neste capítulo procuramos debater sobre os limites da democracia burguesa sob a ótica dos interesses da classe trabalhadora, bem como os elementos que a diferenciam da proposta socialista de democracia. Enfatizamos a disputa, que, no seio da sociedade civil, capital e trabalho travam entre si, em torno da hegemonia social.

Entendendo a participação como elemento fundamental da democracia, buscamos uma literatura que nos apoiasse na análise mais específica sobre a participação dos setores populares. Trabalhamos com alguns autores do campo de conhecimento do Serviço Social - Lima, Farias, Dias, entre outros. Discutimos a participação sob o enfoque de duas perspectivas que, na década de 80, nortearam o debate: a da Integração Social e a da Transformação Social. Após dimensionarmos as limitações construídas historicamente para uma participação efetiva de amplas camadas sociais nos diferentes campos decisórios na sociedade, mas principalmente na do poder público, discutimos sobre a falta de consenso que existe em torno da participação.

Considerando que o capital também fala em participação e cooperação, buscamos entender a participação na Shangri-Lá naquilo que ela se apresenta como real, ideal e possível.

5.1. A Democracia Burguesa e a Democracia Socialista: A Democracia Possível na Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá

As discussões envolvendo o tema da democracia no século XIX se deram basicamente no embate das doutrinas políticas dominantes, com o liberalismo, de um lado, e o socialismo, do outro. Os autores liberais - Constant, Tocqueville e John Stuart Mill -- vinculavam a idéia de que

“(...) a única forma de Democracia compatível com o Estado liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais(...) fosse a Democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos político”(Bobbio, 1992, p. 323).

A liberdade, entendida em um patamar de participação direta dos cidadãos por meio político, era compreendida como danosa e inviável. A liberdade compatível com os ideais liberais era a liberdade individual, mesmo sendo restrita a apenas alguns cidadãos. Dessa forma, a democracia representativa era a única compatível com o Estado liberal. Na Democracia Representativa,

“a participação do poder político(...) é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o estado absoluto. A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito.(...) O fato mesmo de que a liberdade de participar, ainda que indiretamente na formação do governo, esteja compreendido na classe das liberdades, mostra que, na concepção liberal de democracia, o destaque é posto mais sobre o mero fato da participação como acontece na concepção pura de Democracia (também chamada participacionista), com a ressalva de que esta participação seja livre, isto é, seja uma expressão e um resultado de todas as outras liberdades” (ibdi. p.324)

O Estado liberal, necessariamente, tem que reconhecer o princípio democrático da soberania popular, mesmo que seja um direito limitado, restrito apenas à eleição de um corpo representativo. O desenvolvimento da democracia nos regimes representativos caminha, segundo Bobbio (1992), em duas direções: a primeira, na da ampliação gradual do voto até a condição do sufrágio universal e a Segunda, na da multiplicação dos órgãos representativos. Dessa forma o autor aponta que

“(...) ao longo de todo o curso de um desenvolvimento que chega até nossos dias, o processo de democratização, tal como se desenvolveu nos Estados, que hoje são chamados de Democracia liberal, consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. Neste contexto histórico a Democracia não se apresenta como alternativa (...) ao regime representativo, mas o seu complemento; não é uma reviravolta mas uma correção” (ibid)

No entanto, mesmo no quadro da ordem capitalista, onde os avanços em relação à democracia representativa foram insuficientes no sentido da superação da mesma, presenciamos a conquista de alguns direitos. A democracia moderna, surge como resposta a um conjunto de demandas concretas da sociedade. O arcabouço institucional da democracia política ganhou valor universal (Coutinho, 1992) e, mesmo supondo o desaparecimento da sociedade burguesa, ela poderá existir em diferentes formações econômicos-sociais.

A Declaração dos Direitos do Homem firmou, no século XVIII, a soberania a todos os membros da sociedade, o que não significou uma efetiva socialização política de caráter universal. Na prática⁴⁸, nos primeiros regimes liberais, ficaram restritos tanto o

⁴⁸ Alguns fatos históricos ilustram este parágrafo. O sufrágio universal masculino foi conquistado apenas no final o século XIX e início do XX. O sufrágio feminino precisou ainda de algumas décadas a mais. Os sindicatos eram proibidos pelos regimes liberais que tinham como justificativa a liberdade de mercado. A

direito de associação quanto o de sufrágio, reservando-se o campo de atuação política à camada dos proprietários.

Com nível de participação restrita, nos primeiros regimes liberais, o Estado era praticamente o único ator político. Com a gradativa socialização da política, essa situação vai sendo alterada e a sociedade civil - no sentido gramsciano, formada pelos aparelhos privados de hegemonia, onde os sujeitos coletivos são formados - vai ganhando novos espaços de atuação.

O processo de democratização alterou a natureza do Estado capitalista. Com a ampliação dos grupos organizados na esfera pública, a obtenção do consenso se transformou-se no principal recurso da ação política. Gramsci coloca que no contexto de crescente complexificação e transformação da sociedade burguesa, dependendo das correlações de forças que se travam no seio da sociedade civil e de seus organismos, as reivindicações da classe trabalhadora organizada ganham espaço. Coutinho (1992, p.38) diz que “o avanço da democratização política é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformações também nas esferas econômica e social”.

A democracia socialista, de forma embrionária, começa a existir na democracia liberal, porém, a primeira não é continuidade da segunda. É necessário que haja condições econômico-sociais para que o processo de democratização atinja novos patamares. A criação de novos campos de atuação política é imprescindível. Nesse sentido, Gramsci

existência de partidos de massas foi tardia. A primeira experiência foi com a social-democracia alemã, vindo depois, no final do século XIX, na Europa, os partidos socialistas e operários.

coloca que são nos organismos da sociedade civil onde as classes operárias se organizam “de baixo para cima”, tornando-se sujeitos políticos coletivos.

Com o protagonismo político a cada dia mais ampliado no âmbito da sociedade civil e de seus atores, com vistas à realização de reformas estruturais na perspectiva de superação do capitalismo, segundo (Coutinho 1992, p. 46), “um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário (...) esse reformismo radical é o novo nome de revolução.”: E continua dizendo que “(...) a luta pela democracia e a luta pelo socialismo são duas faces solidárias da mesma moeda”. Ela é o caminho do socialismo.

Sobre a perspectiva socialista de democracia Bobbio (op.cit, p 324-325) afirma:

“Além do sufrágio universal, o aprofundamento do processo de democratização (...) acontece de dois modos: através da crítica da Democracia apenas representativa e da conseqüente retomada de alguns temas da Democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até à empresa, da sociedade política até à sociedade civil pelo que se vem falando de Democracia econômica, industrial ou da forma efetiva de funcionamento dos novos órgãos de controle (chamados ‘conselhos operários’), colegial, e da passagem do autogoverno para a autogestão.

A democracia pressupõe a participação dos setores organizados, nos quais o controle da economia e do Estado é feito pela sociedade. Assim, os serviços públicos não devem ser encarados como concessões, mas como direito. A sociedade é quem deve definir o papel e o espaço do Estado, não o contrário. Desse modo, a responsabilidade pelo desemprego, analfabetismo, desnutrição, falta de moradia, entre outras mazelas sociais, é

social e não, individual, como querem convencer-nos adeptos do neoliberalismo. A existência de realidades sociais, nas quais grupos como da Shangri-Lá estão inseridos, não são obras do além. Marx (1970, p.98) analisando a produção do trabalho alienado diz que “não os deuses nem a natureza, mas só o próprio homem pode ser essa força estranha acima dos homens”.

Genro (1997), falando sobre a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre, coloca que não se trata de “incentivar” a participação popular de forma espontaneísta - “azeitar” os mecanismos da democracia formal — mas de criar um “novo centro decisório” (no caso o Orçamento Participativo), em que se potencialize o exercício dos direitos da cidadania. No processo de democratização das decisões e informações sobre as questões públicas, o orçamento participativo, segundo o autor, pode gerar uma nova consciência cidadã. Os sujeitos históricos passam a compreender a função do Estado e seus limites, bem como a decidir com conhecimento de causa.

Tomando a discussão deste autor sob outro ângulo para refletir sobre o caso particular, compreendemos que a participação efetiva – condição fundamental para a existência de patamares de democracia interna mais alargados na Shangri-Lá –, necessariamente, tem que buscar mecanismos cujos centros decisórios da cooperativa – assembléia geral, por exemplo – não sejam apenas espaço burocrático. Percebemos, que nas assembléias de que participamos, que a trajetória de luta daquele grupo o vem educando no sentido de ampliar a participação efetiva dos sujeitos envolvidos. Considerando os limites postos historicamente e o fato de que, nos movimentos populares,

o tempo de existência desses grupos é curta, vale lembrar a fala de um ex-morador⁴⁹, que atualmente, participa de um grupo de apoio: “São seis anos de Shangri-Lá e toda as segundas feiras tem reunião”.

No entanto, ao longo do tempo, a democracia política, que tem na soberania popular seu elemento central, ao mesmo tempo que garante o acesso de todos os cidadãos à política, por outro lado, limita-lhes a sua participação nos processos decisórios da sociedade. Por exemplo, o monopólio dos meios de comunicação de massas possibilita por parte das elites nacionais, entre outros, manobrar grandes contingentes da população, assegurando, através do voto, a perpetuação de lideranças políticas pouco comprometidas com os interesses da classe trabalhadora.

Segundo Oliveira (1991), a fim de que possamos pensar e propor essa alternativa para o Brasil, precisamos examinar três questões que, devido ao seu imbricamento, mútuo reforço e contemporaneidade se constituem numa síntese da própria alternativa: a do método, que consiste, numa perspectiva democrática, em uma mudança radical na relação Estado e Sociedade; a da forma, que seria a construção e consolidação da esfera pública, condição *sine qua non* da democracia; e a do conteúdo que deve explicitar a perspectiva socialista.

A democracia que interessa à classe trabalhadora não é essa que limita a participação dos cidadãos ao voto, mesmo se o contexto dos processos eleitorais fosse

⁴⁹ Segundo depoimento do próprio, a sua saída da cooperativa se deu fundamentalmente por problemas de ordem familiar.

diferenciado dos que experimentamos, ultimamente, no cenário nacional, considerando o sufrágio universal, uma árdua conquista dos trabalhadores. Genro (1997, p.18) diz que precisamos “*democratizar radicalmente a democracia, criar mecanismos para que ela corresponda aos interesses da ampla maioria da população e de criar instituições novas, pela reforma ou pela ruptura, que permitam que as decisões sobre o futuro sejam sempre compartilhadas*”.

Em nossa sociedade, sob um contexto político de privilégios para algumas camadas sociais, no qual o Estado está prioritariamente vinculado aos interesses de setores privados, as políticas sociais possuem, a grosso modo, um conteúdo que tende ao controle social e à desmobilização popular. Assim, a participação, nas diversas instâncias sociais, na maioria das vezes, corre um sério risco de ser usada como manobra política de alguns grupos ou classes, com intuítos meramente populistas.

A experiência estudada não está imune a semelhantes riscos e, por isso desmistificar a participação é uma ação educativa importante, na medida em que rompe com os limites do senso comum cultivado pelas classes dominantes que, com vistas à concretização dos seus interesses, referenciam-se pela perspectiva da integração social, que estudaremos a seguir. Fazer valer a possibilidade de ampliar a democracia interna, preservando o valor dos esforços não reformistas presentes na Shangri-Lá, bem como não negligenciar a lição histórica de que, isoladamente, empreendimentos como esses não ameaçam a hegemonia do capital, é uma necessidade imperiosa.

5.2. A Participação como Elemento Fundamental da Democracia e da Luta dos Trabalhadores

No início dos anos 80, num contexto de efervescência dos movimentos sociais, quando o Brasil saía do jugo de longos anos de ditadura militar, temas como democracia, cidadania, participação e marginalidade ganharam força nas discussões que a sociedade civil⁵⁰ desenvolvia no processo de edificação de um novo quadro político. Naquela época, para muitas pessoas, a democracia não era apenas um método de governo com a participação do povo através do voto, mas conforme nos aponta Bordenave (1985, p.8), “(...) é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. (...) é um estado de participação”. Existia, dessa forma, um forte apelo na construção de uma sociedade democrática, à participação dos setores populares, a qual extrapolava o âmbito do processo político-partidário – esfera central das transformações então em curso – e permeava ampla gama de relações no seio da sociedade. Ilustrando esta atmosfera, Bordenave (1985) diz:

“Os rádios convidam os ouvintes a participarem de sua programação telefonando, escrevendo, solicitando discos; os partidos conclamam a população a participar; o vertiginoso crescimento do associativismo nesta década parece indicar que estamos entrando na *era da participação*”.

Embora sob esse cenário de efervescência, onde o tema da participação parecia estar nos quatro cantos do Brasil, a sociedade era pouco atuante politicamente. No processo dessa reflexão, alguns questionamentos se apresentam: O que é participação? Em que

⁵⁰ A nossa compreensão sobre o conceito de sociedade civil está ancorada à perspectiva gramsciana.

graus ou níveis ela se apresenta? Sob que condições? Como podemos classificar as diferentes formas de participação? Participação para quê?

Tais colocações são importantes no processo de desmistificar a participação como fenômeno social – tanto nos fóruns de discussão e tomada de decisões de caráter público, quanto em experiências particulares, como a da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá.

Consta, no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1998), entre outras acepções, que participar é : “1. Informar, comunicar. 2. Ter ou tomar parte em”. Embora essa conceituação não dê conta dos objetivos a que nos propomos neste trabalho, ela sinaliza dois campos, que necessariamente, precisamos considerar: o da tomada de decisões e o da comunicação.

Faleiros, (1982, p. 17) faz a seguinte reflexão:

“Participação é um dos conceitos mais utilizados na prática social e um dos menos consensuais, dado o caráter ideológico que o envolve. Assim, tanto nos regimes fascistas como nos democráticos, fala-se de participação. (...) A palavra participação permeia todos os meandros da vida da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, da vida cotidiana”.

Assim, os processos de participação não são exclusivos de um ou outro setor da sociedade. Existe participação na família, na comunidade, no trabalho, na luta política, nas relações entre diferentes nações, etc. A questão que se coloca é: **como se dá a participação?** E mais além: a participação pleiteada pela classe trabalhadora é a mesma proposta pelo empresariado, ou mesmo pelo Estado? Que interesses movem esses diferentes segmentos? Eles são movidos por que projetos de sociedade?

A literatura consultada aponta uma análise da participação social sob duas óticas: de um lado, como caminho individual para a **integração social**; de outro, como instrumento fundamental para um processo de **transformação social**. O entendimento desses diferentes enfoques ajuda-nos refletir sobre as questões aqui elencadas, bem como a compreender se, na Shangri-Lá, a participação é construída sob uma perspectiva real, ideal ou possível.

5.2.1. A participação sob o enfoque da integração social

Do ponto de vista da integração social, o indivíduo tem duas opções de participação: a passiva e a ativa. A primeira ocorre quando ele se comporta de forma **passiva**, participa adaptando-se aos valores e às exigências da sociedade moderna, tendo a possibilidade de acesso aos bens, serviços e outros recursos disponibilizados. A segunda, é aquela em que o indivíduo, além de usufruir dos bens e serviços dessa sociedade, tem acesso às instituições, o que lhe faculta a participação social nos diversos níveis hierárquicos. O que caracteriza esta segunda forma como **ativa** é o acesso do indivíduo às decisões que são tomadas no nível dessas instituições.

Segundo Lima (1983, p.16), sob esta perspectiva,

“(...) considera-se, de modo geral, a participação como uma forma de levar a população a superar o subdesenvolvimento e a integrar-se no processo de desenvolvimento através do incremento da participação ‘ativa’. Essa concepção carece, freqüentemente, de um tratamento mais adequado da participação, pois não se leva em conta as estruturas sócio-econômicas e políticas que possibilitam ou dificultam a participação. Nessa perspectiva, a falta de participação é tida como resultado fundamentalmente das características culturais e

sociais da população sem se fazer a devida relação com o tipo de sociedade que possibilita a participação de uns, e que automaticamente exclui grandes camadas”.

Desse modo, dicotomiza-se a participação em ativa e passiva, pressupondo-se que os planos de ações governamentais, com vistas ao desenvolvimento, poderiam desencadear a participação efetiva dos setores marginalizados da sociedade. Não há um questionamento sobre o tipo de desenvolvimento que se busca implantar. Aquela velha história de fazer o bolo crescer para depois dividir, já conhecida por nós, produziu o crescimento industrial e econômico do país, ao mesmo tempo em que marginalizou um grande contingente de pessoas dos frutos desse desenvolvimento.

“A participação social nessa perspectiva de integração social configura-se a partir do enfoque da marginalidade, tendo como referência os conceitos de integração e participação tomados como fundamentais para o desenvolvimento” (Scandian, 1982, p. 9)

Julgar, pois, que alguns setores da sociedade são passivos é camuflar outras questões subjacentes à participação social. Para Lima (1983), devemos buscar compreender as formas de expressão e de participação social das camadas populares considerando os limites socioeconômicos e políticos que a lógica da sociedade capitalista lhes impõe:

“A participação social desses grupos é definida em função de um modelo ideal de sociedade, cujo desenvolvimento se dá por etapas superpostas, evidenciando-se que as possibilidades de integração dos indivíduos à sociedade ocorre, naturalmente, a partir de programações de grupos sociais e para esses grupos, atendendo a interesses diversos e diferenciados. As oportunidades para a participação social estão sendo ‘oferecidas’ pela sociedade aos indivíduos que, para a melhoria do nível de bem-estar, deverão participar, integrando-se ao

desenvolvimento e contribuindo para o progresso” (Scandian, 1982, p.10)

A partir do princípio da integração, a concepção de homem que se evidencia é ser egoísta, isolado, e se a sociedade é vista como um todo harmônico, estável e sistêmico, a marginalidade é um fenômeno que se refere aos indivíduos e não à sociedade. Esta então, não precisaria, necessariamente, reformular-se, mas fazer algo pelos indivíduos marginalizados com a preocupação fundamental de integrá-los ao coletivo, via ações assistenciais e/ou paternalistas.

Neste sentido, impõe-se perguntar: quem precisa das instituições de assistência de caráter filantrópico, os assistidos ou a sociedade? Qual o papel da filantropia no controle social por parte do Estado? Como a Shangri-Lá, na sua origem histórica, contou com a ação de instituições desta natureza, muitas vezes escutamos que, se não fosse a intervenção das mesmas, não haveria o movimento daquelas pessoas se organizando na busca de alternativas de moradia e para o desemprego. Considerando os aparelhos ideológicos utilizados pela burguesia na manutenção de sua hegemonia, em que, por exemplo, a idéia de “cada um por si de deus por todos” é fundamental, a existência desse espaço coletivo é um avanço. No entanto é necessário dar os saltos seguintes. Acreditamos que um deles seja a reflexão sobre a participação realmente existente naquela realidade, procurando compreender os elementos históricos que fizeram com que a participação efetiva não seja uma realidade, de todos os membros da cooperativa, bem como da sociedade em que estão inseridos.

Ainda sob o enfoque da integração social, a marginalidade é justificada pela ausência de participação veiculando-se a idéia de que, sob a lógica do sistema capitalista, existem condições de absorver a população marginalizada. Nesses termos, a integração na sociedade passa a ser uma questão de opção individual. Mistifica-se, assim, a falta de condições do sistema social capitalista de ampliar as suas taxas de lucro sem expropriar o trabalho alheio. Crescentemente, ao longo de sua existência, explorar e excluir amplos setores sociais em função de grupos minoritários é uma constatação histórica. “a falta de participação é (...) resultado do próprio sistema, sendo ‘funcional’ aos objetivos do sistema, ou seja, ‘rentável e inerente ao processo de acumulação’”(Lima,1983, p. 33).

A idéia de que com a participação, seria superado o subdesenvolvimento, fortemente disseminada em décadas anteriores, e sendo uma das iniciativas governamentais, para incrementar a participação no processo produtivo, criar cooperativas nos mais diversos setores, principalmente no agrícola e no artesanal, para citar alguns exemplos. As cooperativas, além de incrementar a produtividade na agricultura, poderiam engajar parcelas da população desocupada ou semi-ocupada no processo produtivo. Seriam instrumentos para incrementar a participação, proporcionando, também, maior envolvimento da população nos programas e atividades propostas pelo governo com vistas ao desenvolvimento. Era necessário que a população adquirisse uma mentalidade e atitude desenvolvimentistas. Farias (1982, p.30) diz que a relação da participação com o desenvolvimento pode ser vista por dois ângulos: o da população e do governo. Para este último

“(...) a participação do povo é considerada fundamental para o desencadeamento ou aceleração do processo de desenvolvimento. Significa o esforço, a contribuição de ‘todos’

e de 'cada um' em prol do desenvolvimento. Para a população, a participação representa, em primeira instância, o usufruto dos benefícios desse desenvolvimento como direito que lhe é devido".

5.2.2. A participação sob o enfoque da transformação social

Sob a perspectiva da transformação social a participação é entendida como processo. Ela é contínua e inerente ao contexto histórico da sociedade, conforme atesta Lima (1983, p. 35)

"(...) a participação social privilegia a noção de estrutura econômica, política e ideológica nas formações sociais concretas, procurando nas diferentes etapas históricas as causas que geram a marginalidade e a participação. As relações de produção, assim como suas expressões ideológicas e políticas são vistas como fundamentais para explicar as formas de participação social e cultural".

A participação econômica não se enquadra no referencial do consumo, na qual entendida a partir dos indivíduos que consomem os bens materiais e culturais produzidos socialmente. A questão gira em torno de como se dá o processo de produção, ou seja, qual classe participa com a força de trabalho na elaboração do produto e qual detém o capital e o controle do processo produtivo.

Rodriguez e Valenzuela citados por Farias (1982, p.36) que sugerem

"trocar o vocabulário de não participação econômica pelo de exploração, que é a forma de participação dos que não possuem os meios de produção e o de não participação política devido à falta de integração interna pela falta de poder político, devido aos mecanismos de alienação e repressão de e sobre as classes trabalhadoras ou potencialmente trabalhadoras."

Para compreendermos a participação da classe trabalhadora nas várias instâncias sociais, é necessário percebermos de que forma ela se insere no processo produtivo. Marx diz que:

“(...) na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais de consciências determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é, inversamente, seu ser social que determina sua consciência.”(19...)

Para Lima (op.cit), ao se analisar o trabalho como forma de participação, deve-se ter em mente o tipo de desenvolvimento industrial do país, que se dá nos dias de hoje, principalmente, através de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e pela introdução de técnicas e máquinas que exigem uma qualificação relativamente elevada. Para as camadas sociais mais carentes, que não têm acesso a instituições básicas da sociedade, como a escola, o mercado de trabalho vinculado aos setores mais avançados em termos de utilização de tecnologia de ponta também é inacessível, uma vez que eles não apresentam os requisitos básicos para a sua inserção nele. Vale ressaltar, também, que o problema do desemprego não está articulado, exclusivamente, à questão da qualificação do trabalhador para o mercado de trabalho, mas também a outras questões.

Na concepção liberal, o processo que produz a exclusão de um contingente enorme de trabalhadores do mercado de trabalho não é social. Analisada a questão pelas

vias que reafirmam a idéia de homem intrinsecamente egoísta. a justificativa é que a responsabilidade de estar fora do mercado é do indivíduo.

Contrariamente, o sentido conferido à participação social pela perspectiva da transformação social vai opor-se à visão de homem como indivíduo limitado à sua individualidade. A partir do referencial gramsciano, esta perspectiva concebe o homem

“como uma série de relações ativas (um processo) em que, se a individualidade tem sua máxima importância, não é porém o único elemento a considerar. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta por diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o 2º e o 3º elementos não são assim tão simples como poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com outros homens por justaposição, mas organicamente, ou seja enquanto passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. (Gramsci, 1978, p.48)

O conceito apontado por Gramsci implica não entender o homem isoladamente, mas nas relações em que está inserido, as quais são marcadas, historicamente, de forma diferenciada. Esse mesmo autor, tentando romper com a idéia de que se pode separar as relações de ordem estrutural e superestrutural, propõe o conceito de bloco histórico. Afirma que “a infra-estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, ou seja, o conjunto complexo-contraditório e discordante da superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. (ibid).

A participação não é algo descolado do contexto histórico e do tipo de sociedade que se tem. Ela está inserida na conformação do bloco histórico existente. Dessa forma, é impreciso analisar a participação social dos grupos populares como decorrente de

sua integração ou não à sociedade. O que condiciona a participação popular é a própria posição que ocupam na estrutura econômica e social e a natureza do processo de desenvolvimento hegemônico e, portanto, não podemos classificá-la como neutra, ou mesmo considerar tais grupos como **amorfos** ou **passivos**. Temos que compreender o bloco histórico da qual a participação faz parte como ação humana necessária. Por certo, as características culturais dos setores populares articuladas a condições socioeconômicas, fazem parte desse movimento, uma vez que os limites da participação são dados pela própria lógica do sistema e pela posição que as classes fundamentais ocupam.

Procurando estabelecer as diferentes facetas da participação na realidade específica da Shangri-Lá, após apresentarmos algumas considerações metodológicas a respeito da coleta de dados, discutiremos sobre a participação real, ideal e possível existente neste espaço social.

5.3. A Coleta de Dados sobre o Fenômeno da Participação

O tema da participação, conforme já mencionado anteriormente, constitui-se uma preocupação na Shangri-Lá, uma vez que é considerada, pelos sujeitos envolvidos, bem como na literatura sobre o tema, uma das condições de viabilidade de organizações desta natureza.

Como metodologia empregada na apreensão das informações necessárias para conhecermos os elementos positivos e negativos que envolvem a participação dos sujeitos envolvidos, e assim avançarmos no fortalecimento de atividades mais participativas,

utilizamos um levantamento feito com os moradores da cooperativa como uma das atividades vinculadas ao projeto de cooperação internacional também já citado, no qual atuávamos como educadoras: desenvolvemos uma dinâmica com o tema da participação, bem como observamos e fizemos parte de reuniões da cooperativa, na qual também estávamos trabalhando.

No que se refere ao primeiro procedimento metodológico, ele foi feito em outubro de 1998 e teve em seu eixo cinco tópicos: identificação, educação, trabalho, participação e problemas/desafios. Os objetivos estabelecidos foram: a) conhecer as pessoas que vivem na comunidade, especificando faixa etária, sexo, escolaridade, trabalho, número de habitantes por família etc.; b) perceber as perspectivas da comunidade e da cooperativa quanto às atividades educativas, culturais e de trabalho que possam ser desenvolvidas no Centro Comunitário; c) perceber como vem-se dando a participação da comunidade e dos cooperados nas atividades desenvolvidas na cooperativa, bem como possíveis reclamações e sugestões.⁵¹

Várias reuniões foram feitas para elaboração do questionário⁵² e avaliação de sua aplicabilidade. Posta a extensão dele e devido ao número de casas da comunidade a serem visitadas girar em torno de 80, decidimos mantê-lo na íntegra apenas para as 26 casas da cooperativa⁵³. Formamos a equipe de pesquisadores e discutimos, além da estrutura do questionário, a metodologia para a coleta de dados. A equipe que realizou a coleta de dados das 26 casas selecionadas, contou com a nossa participação e a de mais duas pessoas que

⁵¹ Nesta unidade utilizaremos os dados referentes ao terceiro objetivo.

⁵² Em anexo.

não moram na cooperativa, vinculadas ao projeto por meio da Igreja Católica e Ação da Cidadania⁵⁴.

No que se refere à segunda opção de coleta de dados, ela também fez parte das atividades do projeto já mencionado. Como uma das comissões do projeto, a comissão de educação, mais especificamente o grupo de relações comunitárias e formação geral, necessitava desenvolver uma atividade com o tema da participação, consensualmente o grupo optou-se por desenvolver uma dinâmica, seja pelo fato desse tipo de atividade deixar as pessoas mais descontraídas, seja pelo fato de que na trajetória da cooperativa, a experiência com trabalhos desenvolvidos pelo CEDAC e outras instituições, apresentarem um envolvimento significativo para as pessoas. Algumas dessas dinâmicas são recordadas até hoje como uma atividade que deu sentido e representatividade a muitas questões antes despercebidas.

Se a experiência nos apresentava esse caminho como possibilitador de envolvimento mais descontraído das pessoas, não restringindo-se somente à aplicação de entrevistas e questionários, decidimos pela dinâmica. Esta seria desenvolvida na própria comissão de educação, sendo que a responsabilidade de elaborá-la e aplicá-la a dinâmica ficou sendo do grupo de relações comunitárias e formação geral. Estava claro também, para todos os grupos, que aquela atividade se constituiria em uma das etapas do trabalho de

⁵³ A três casas últimas casas foram entregues no dia 22/11/98. No entanto os dados sobre as duas últimas famílias de cooperados já foram computados. A terceira casa, segundo informações do tesoureiro, foi feita com vistas a gerar renda para a manutenção da cooperativa

⁵⁴ Os dados apresentados neste texto não foram totalmente fechados. No entanto eles expressam uma proporção majoritária de informações

campo dessa dissertação. Dessa forma, o grupo responsável do qual fizemos parte, definiu o objetivo, o conteúdo, as etapas da dinâmica e a sua aplicação.

O objetivo da dinâmica foi apreender informações sobre como, por que e para que às pessoas participam, bem como discutir qual o conceito de participação e quais perspectivas e dificuldades encontradas para participar.

Com a preocupação de fazermos o movimento de avançar na discussão sobre o tema, preocupamos-nos em não nos negligenciar no processo de irmos do mais simples ao mais complexo, e de não deixarmos de sinalizar como, concretamente, poderemos responder os desafios que postos pela realidade, incrementando o que a nossa ação coletiva vem sinalizando como positiva. Sendo assim, elaboramos as questões a serem respondidas na dinâmica organizando as idéias num movimento que vai do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto. A intenção foi ir construindo um processo gradual de discussão, onde começaríamos com a experiência concreta buscando a complexidade da análise da participação, bem como sua concepção.

A primeira questão apresentada foi “A forma como tenho participado é...”, que procurou envolver o participante na dinâmica, relatando a sua inserção na Shangri-Lá ou em outras atividades fora da mesma, mencionando, entre outros itens, a sua função, e como é a atividade etc. A questão seguinte foi “Eu participo porque...”, visando apreender as causas que levaram à participação, sejam elas de caráter individual ou de caráter mais coletivo. A terceira questão foi “Eu participo para...”, pela qual se buscou perceber o(s) objetivo(s) vinculado(s) ao processo de participação daquela pessoa. Esta questão

direcionou-se à compreensão de que projeto de sociedade aquele sujeito busca com a sua participação, o que ele espera a título de curto e longo prazo, que mudanças ele almeja. Seguindo esta questão, apresentamos “As dificuldades que tenho encontrado para participar são...”, buscando apreender os obstáculos mais comuns e de como poderemos reduzir a sua incidência. Com um nível de complexidade maior, a questão “Participar é...”buscou compreender a concepção de participação. E, finalmente, objetivando avançar nas dificuldades e limitações que envolvem o processo de participação, a questão “Para participar mais é preciso...” retoma a perspectiva da ação concreta (discutida e analisada), porquanto visa a sinalizar novos elementos para incrementar a participação na Shangri-Lá.

As etapas da dinâmica foram as seguintes: a) Responder individualmente, por escrito, as perguntas, sendo explicado aos participantes que, visto não ser fácil escrever com a mesma sintonia com que pensamos, eles poderiam ter auxílio de uma outra pessoa, que, todavia, não poderia interferir na resposta; b) Agrupar as respostas num cartaz; c) Suscitar o debate, lendo as questões apresentadas na ordem proposta anteriormente e suas respectivas respostas; d) Organizar as respostas apresentadas no sentido de construir, coletivamente, um consenso mediado pelo debate e troca de experiências.

O desenvolvimento da dinâmica se deu em três encontros semanais consecutivos, com uma duração média de duas horas e meia para cada um deles.

O quadro a seguir mostra a relação dos sujeitos participantes da dinâmica, contextualizando a forma de inserção de cada um no contexto da Shangri-lá – qual o trabalho realizado e o tipo de vínculo: se morador, voluntário e/ou ligado a alguma das

instituições de apoio -- a escolaridade, idade e profissão -- esta última, com o objetivo de identificar qual a forma de inclusão de cada um no mundo da produção.

Quadro I – Participantes da dinâmica

José (morador)	Participante da comissão Educação e Relações Comunitárias (auxiliar do professor <i>taekwondo</i>); cooperativado da Constrói Fácil, nordestino, participante da Ação da Cidadania.
João (voluntário)	Estudante secundarista, professor de espanhol; participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias.
Marcos (morador)	Participante da Ação da Cidadania e participante da Comissão de Educação e Relações Comunitária (jornal).
Matheus (morador)	Morador; integrante da direção da cooperativa; participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias (jornal).
Maria (voluntária)	Participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias – professora de bordado.
Felipe (voluntário - Gama Filho)	Participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias – professor de <i>taekwondo</i> – formado em Educação Física pela Universidade Gama Filho.
Marta (Igreja, Ação da Cidadania)	Participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias; Ação da Cidadania; e da diretoria da cooperativa.
Ester (moradora)	Participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias (grupo de bordado) - empregada doméstica.
Ruth (Igreja, Ação da Cidadania)	Participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias.
Thiago (Bento Rubião)	Assistente social, participante da Comissão de Educação e Relações Comunitárias (grupo de mulheres e mães)

A leitura desse quadro mostra ser heterogêneo o grupo que participou da dinâmica, compondo-se por representantes dos diferentes segmentos atuantes na Shangri-Lá.

5.4. A Participação Real, Ideal e Possível na Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá

A partir dos dados, bem como da literatura estudada, constatamos que a participação na Shangri-Lá vai sendo construída e conquistada nas relações de convivência, no planejamento e no desenvolvimento de algumas atividades em parceria com ONGs, Igreja e comunidade e outras instituições de apoio. No entanto a participação como

resultado de um conjunto de elementos de ordem socioeconômico, cultural e ideológica. existente naquela experiência, está longe de ser uma participação com bases numa democracia que rompa com os limites impostos pela democracia representativa. O que experimentamos na Shangri-Lá é a participação possível numa estrutura social em que não-participação de determinada classe nas tomadas de decisões é intrínseca ao próprio sistema. Embora na luta da classe trabalhadora tenhamos conquistado direitos e avançado no sentido de ampliarmos a participação política, entendemos que somente com a construção de bases societárias, socialistas a nosso ver, poderemos viver a experiência de uma participação que tenha a sua base na não-alienação, no sentido marxista do termo.

Mesmo tendo clareza de que a participação possível não é a que sonhamos, o exercício de analisar o que já se construiu em termos de participação na experiência da Shangri-Lá é uma ação necessária, tanto no que diz respeito a perceber as limitações da participação, quanto no de constatar o que já se avançou, buscando ver na teia das velhas relações o que tem brotado de novo.

A maior participação dos cooperativados nas atividades promovidas pela cooperativa é a do mutirão, até mesmo porque a maioria é obrigada a colaborar, com exceção das pessoas idosas ou doentes que são dispensados deste trabalho. Conquanto tenha esse teor de obrigatoriedade, não percebemos, por parte dos entrevistados, o mutirão como uma atividade indesejada, excessivamente pesada a essas pessoas. Os homens, as mulheres, os filhos mais velhos falam dele com ânimo e alegria. É o valor de construir a sua casa e a de seus companheiros cooperativados, vendo o produto como fruto de seu

trabalho, fugindo de um dos elementos presentes na construção da alienação apontada por Marx: é a separação entre o produtor e seu produto.

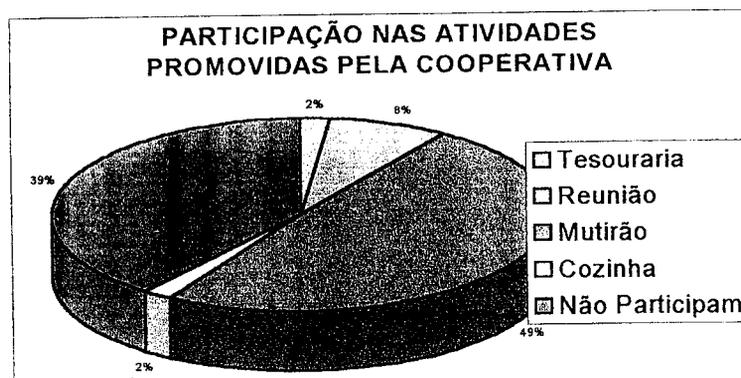
Nas reuniões dos cooperados, há também uma participação expressiva. Mesmo considerando as dificuldades do grupo na organização de assembléias de forma que permitisse uma participação mais efetiva de todos, e também considerando os fatores de ordem cultural que impregnam nossas ações de valores autoritários e paternalistas, não podemos negar esse espaço como educativo no sentido de ir rompendo com as limitações que, no plano dessa experiência específica podemos superar. Concordamos dessa forma, com Oliveira (1991), quando, ao discutir uma proposta democrática alternativa ao liberalismo, diz que a construção da democracia não implica um método de intervenção cirúrgica com vistas a mudar radicalmente a relação entre a sociedade e o Estado.

Os dados apontam para uma participação menos expressiva nas atividades promovidas pela Igreja, tais como celebrações e missas, ação da cidadania, grupo jovem, círculo bíblico e pastoral da criança e gestante. Por um lado, este fato pode estar sinalizando a busca de novas leituras da realidade por parte dos cooperados: as diferentes parcerias permitem terem as discussões feitas na Shangri-Lá enfoques diversos, sendo acirrada a disputa no campo das idéias.

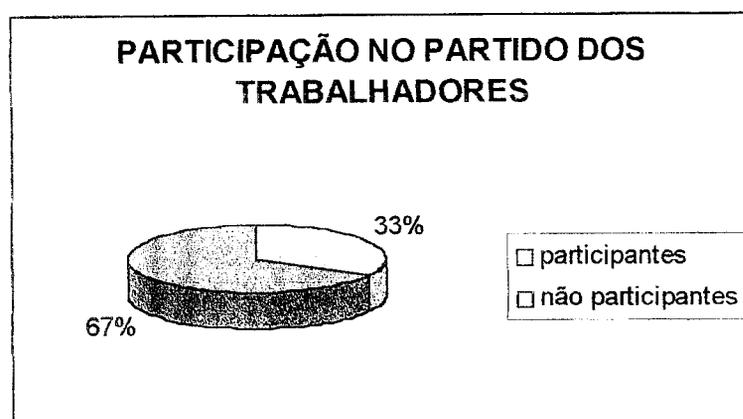
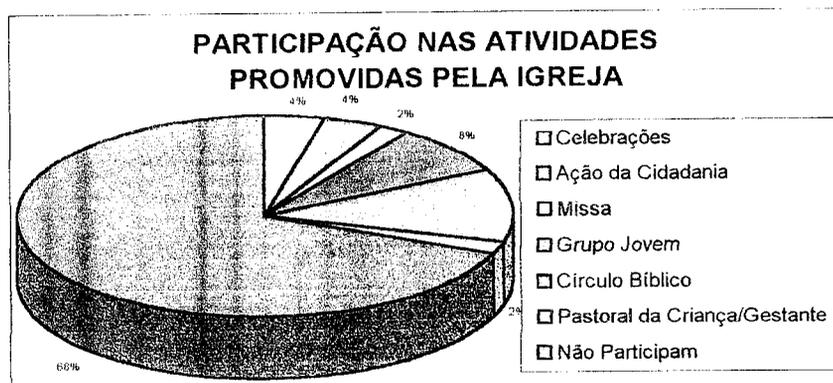
Por outro lado, tal comportamento pode ser expressão da perda de espaço dentro da Igreja Católica, dos setores progressista ligados à Teologia da Libertação, que conseqüentemente, tem reflexos na cooperativa, visto que o grupo de apoio vinculado à instituição mencionada exerce liderança naquele espaço.

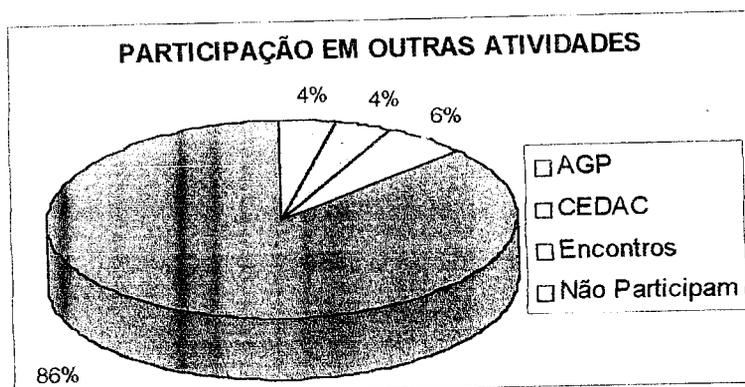
As reuniões do PT contam com 17 participantes no universo de 51 cooperativados. Por parte daqueles que acompanham mais de perto dinâmica organizativa e administrativa da Shangri-Lá, foram mencionadas as atividades na Associação dos Grupos de Produção (AGP) e no CEDAC. Tendo em vista o quanto o campo da luta política – não somente político-partidário – é vigiado por parte das classes dominantes de nossa sociedade, a participação no PT e em outros fóruns de discussão e atuação da sociedade civil organizada representa um avanço no sentido de alguns participantes da experiência da Shangri-Lá se compreenderem como sujeitos construtores da história.

Para uma melhor visualização seguem-se os gráficos que contabilizam um universo de 51 moradores maiores de 18 anos.



* 5 moradores são dispensados dos trabalhos na cooperativa por motivo de idade e/ou saúde.





Um conjunto de 42 pessoas que estava em casa no momento da entrevista, quando perguntamos sobre as atividades de que gostariam de participar no Centro Comunitário, colocaram-se prontos a participar, na maioria das vezes, em várias delas. Desse contingente, 60,41%, festas e eventos; 52,08%, círculo bíblico; 52,08%, celebrações; 50%, mutirão de construção do Centro Comunitário; 45,83%, rádio comunitária; 41,66%, formação de jovens trabalhadores 35,41%, grupo de mulheres; 35,41%, jornal Comunitário; 29,17%, encontros e seminários; 29,16%, grupo jovem; 22,91%, gostariam de participar/organizar atividades com crianças; 22,91%, reuniões de partido/sindicato; 8,33%, aulas de *taekwondo*; e 22,91%, de outras atividades.

Contradizendo os dados apresentados anteriormente em relação à participação nas atividades religiosas, ao perguntarmos sobre quais as atividades de que as pessoas gostariam de trabalhar — como organizador ou como participante — quando o Centro Comunitário estivesse com suas obras concluídas, as atividades religiosas foram bem cotadas, embora a participação em festas e eventos tenha sido a mais solicitada. Se

tomarmos o sentido integrador desses eventos socioculturais, veremos a potencialidade desse grupo no que se refere ao trabalho comunitário e coletivo: o mutirão, inclusive, também foi citado com entusiasmo. Acredito, pois, que a experiência de construção das casas resgatou na comunidade a auto-estima, o crédito em si mesmo e no trabalho coletivo. Segue o Quadro II com todas as atividades propostas, num universo de 48 pessoas entrevistadas.

Quadro II – Propostas de atividades no Centro Comunitário

Atividades	Participante	Organizador	Total	%
Atividades com crianças	10	01	11	22,91
Círculo bíblico	21	04	25	52,08
Celebrações	22	03	25	52,08
Jornal comunitário	14	03	17	35,41
Mutirão da construção do centro comunitário	21	03	24	50,00
Reuniões de partido/sindicato	09	02	11	22,91
Seminários e encontros	11	03	14	29,17
Grupo de mulheres	16	01	17	35,41
Aulas de <i>taekwondo</i>	03	01	04	8,33
Eventos e festas	22	07	29	60,41
Grupo jovem	11	03	14	29,16
Rádio comunitária	18	04	22	45,83
Formação de jovens Trabalhadores	15	05	20	41,66
Outras atividades	10	01	11	22,91

Os problemas da comunidade constituíram-se numa pergunta aberta, não delimitada apenas aos problemas que envolvem a cooperativa, mas a comunidade como um todo. Geralmente foram colocações de uma ou duas pessoas que apontavam as mesmas dificuldades:

- necessidade de ampliar o diálogo;
- falta de participação da vizinhança;
- falta de respeito das crianças com os mais velhos;

- brigas por causa de crianças (peraltices da infância);
- problemas de saúde;
- falta de perseverança nas atividades;
- falta trabalho;
- falta de animação;
- falta de humildade (“um quer mandar mais que o outro”);
- fato de não ter onde deixar as crianças;
- falta de respeito em relação ao barulho;
- falta de consciência sobre a importância da união em torno do Centro Comunitário;
- falta de comunicação;
- falta de união
- lixo no rio.

Observamos que, no tangente aos problemas apontados, a maioria deles está no campo dos valores, envolvendo a dimensão do respeito, do diálogo, da perseverança, etc. Alguns pontos nevrálgicos, referente a questão da participação, foram mencionados: a comunicação, a democracia (um quer mandar mais que o outro), trabalho, o não-isolamento (da falta de participação da vizinhança).

Numa das reuniões de cooperados de que participamos, havia um número em torno de 60 pessoas. Embora apresentando inibições, observamos que existe uma participação dos cooperados que não são dirigentes na exposição das idéias e nas votações de tomadas de decisões. A primeira reunião para a qual foram convidadas pessoas da

comunidade (apenas três pessoas estavam presentes) tinha, como pauta, a apresentação rápida de um vídeo feito pela UERJ sobre a experiência Shangri-Lá, e da planta do Centro Comunitário feita pelo arquiteto responsável, a divulgação dos resultados parciais do levantamento e a sensibilização para que as pessoas se vinculassem às comissões de trabalho do projeto referido (comissão de educação, de obras, de geração de trabalho e renda).

Vencidas essas etapas, a discussão sobre a participação logo aflorou. Quando perguntaram sobre a forma como seriam computadas as horas trabalhadas no Centro Comunitário, foi posto que o trabalho seria voluntário e que era distinto do trabalho das casas para o qual era composto um banco de horas. Foi sugerido fazer-se um cadastro com as horas trabalhadas, para que, futuramente, elas se revertissem em possíveis descontos ou benefícios em relação aos trabalhos desenvolvidos no Centro. Uma outra sugestão foi a de fazer uma placa inaugural com os nomes de todos os trabalhadores envolvidos na construção material e não-material do Centro.

Falamos sobre os benefícios do Centro em relação à qualidade de vida, no sentido de que quanto mais ampliássemos a nossa capacidade de análise crítica das relações melhor conseguiríamos compreender as pessoas e a realidade em que vivemos. Mostrando a relevância e o significado que a participação e o trabalho coletivo – com todas as suas limitações – representam para aquelas pessoas, um trabalhador levantou a mão e falou da importância de seu filho ler seu nome na placa e dizer “Meu pai ajudou a construir esse Centro”. É a participação possível refletindo-se nas relações familiares, de amigos e de vizinhança.

Mas a Shangri-Lá, diferente do significado que seu nome propõe, não está livre das contradições e conflitos, dificuldades e incoerências da sociedade de mercado. Ela não é uma experiência fora da sociedade, desprendida da ideologia dominante comprometida com a lógica classista que retifica e idealiza as relações. Na medida em que penetramos mais na realidade cotidiana, buscando perceber os nexos entre o discurso e a prática, entre o real e o ideal, fomos identificando as correlações de poder, as manipulações, as disputas, as diferentes formas de participação dos cooperados nas atividades, a questão hierárquica, as dificuldades com a comunicação e a veiculação de informações, o que, a nosso ver, não representa uma surpresa, mas um desafio para não-escamotear, na análise, sua inserção no contexto histórico, mesmo reconhecendo que a realidade concreta não é a que gostaríamos que fosse.

Dando continuidade a esta etapa de trabalho, buscamos apreender o movimento dessa realidade tão complexa, utilizando como metodologia uma dinâmica de grupo. Tendo o tema da participação como fio condutor, questionamos, escrevemos e debatemos em conjunto alguns aspectos que nos aproximam (ou afastam) mais das pessoas envolvidas na experiência, sejam elas moradoras ou não.

O conjunto da dinâmica — material escrito e debates — sinalizou alguns limites e as potencialidades da participação, marcados pela materialidade concreta em que estão inseridos os sujeitos sociais atuantes na Shangri-Lá. Na perseguição do entendimento da participação não como um fenômeno isolado, mas como de fruto de relações sociais marcadas ideológica, política, econômica e culturalmente, elegemos como categorias para nossa análise o senso comum, o senso crítico, a práxis, a ideologia, a hegemonia, a

sociedade civil e o indivíduo. A presente exposição desta atividade manterá, como elemento estruturante, a mesma ordem das questões que conduziu o debate na dinâmica, conforme sinalizada anteriormente.

A colocação de um dos moradores dizendo que **a forma de participar**, no caso específico da Shangri-Lá, não se dá, apenas, através das atividades desenvolvidas nas reuniões, seminários etc., mas também, “no estar presente na vida dos moradores, no saber o que eles passam no seu dia-a-dia, bem como o que passamos também” sinalizou para o entendimento da participação como um processo contínuo e inerente ao contexto histórico-social a que pertencemos, abrangendo todas as dimensões do cotidiano – multifacetado por definição – dos agentes envolvidos.

Embora os fundamentos para entender a participação social tenham que, necessariamente, passar pelas relações de produção, pela ideologia e pelo campo político, isso não representa que existam, para tal, lugares ou momentos privilegiados, embora a seja preciso esclarecer, por outro lado, que não a compreendamos como um fenômeno voluntário, o fato de existirem diferentes formas de participação na Shangri-Lá não representa que alguns participam de forma ativa ou passiva, conforme sinaliza a perspectiva de análise da integração social. Sob esse ponto de vista, ficam camufladas outras questões inerentes ao caráter classista da sociedade, como, por exemplo, a relação sociedade civil e Estado, capital e trabalho, a luta de classes, as ideologias, etc. A participação não é somente fruto das relações internas de um contexto específico, mas, fundamentalmente, das relações sociais como um todo. Logo, quando outro morador, falando também da sua **forma de participar** diz que o faz desordenadamente “porque participo de várias atividades, por falta

de pessoas que queiram participar dos movimentos”, não significa que seja uma participação ativa ou passiva, mas restrita, que, na nossa avaliação, é intrínseca ao sistema capitalista.

Conforme indicado anteriormente, iniciamos a nossa dinâmica buscando compreender as formas de participação na Shangri-Lá, mas o fato desta questão ter sido direcionada às atividades desenvolvidas no interior dessa experiência não significa que pretendamos discutir tal fenômeno somente nesse universo em particular. De acordo com o já apontado anteriormente também, é necessário analisarmos a participação sob o ponto de vista da produção⁵⁵, e a perspectiva política no sentido amplo de intervenção na realidade.

Classificando as respostas por escrito e os depoimentos dos participantes, já indicados anteriormente, buscamos ver se, na forma como as pessoas descreviam sua participação, havia como mediação predominante o indivíduo, o grupo (Shangri-Lá) ou a sociedade e percebemos que, nas respostas elencadas, para a maioria dos moradores o grupo era o aporte principal⁵⁶. Um deles colocou que **a forma como tem participado é** “como formador, pois faço parte da Cidadania Ativa, como um jovem que quer estar presente nas ações da comunidade e no trabalho coletivo”.

A mediação preponderante no caso dos depoimentos dos voluntários não estavam vinculadas a nenhuma instituição foi a do indivíduo: “Ensinando um pouco que sei para as pessoas desta comunidade”.

⁵⁵ No último capítulo iremos focar mais diretamente a questão da produção quando analisarmos os depoimentos das trabalhadoras vinculadas ao Restaurante Sabor Popular da Shangri-Lá.

Quando perguntamos **por que participa**, perqueríamos o caráter - de ordem individual ou coletivo - das motivações que levam à participação. A fala de um dos moradores demarcou para uma preocupação que ultrapassa os limites do local: "Porque acho que só coletivamente iremos mudar a realidade do país atualmente". Observamos que a idéia da transformação do *status quo* está presente, assim como a compreensão de que essa transformação não será fruto de uma ação individual.

A dimensão educativa também é um elemento presente na fala dos moradores que se reportaram, diversas vezes, à possibilidade de que não apenas é preciso atualizarem-se dos acontecimentos que vivem no dia-a-dia, mas de também ter como preocupação constante a formação das novas gerações:

"Vejo que a importância da gente está no dia-a-dia da comunidade e das crianças porque são o futuro nosso amanhã. A gente tem que procurar se organizar com os jovens, tanto no esporte como na educação a nível do mundo pois o mundo está muito violento. Educar para os jovens não reagir com violência, mas com palavras. Não usar a violência como defesa"

Visando perceber o projeto de sociedade que permeava no grupo, perguntamos **para que as pessoas participavam**. Um dos moradores, na nossa avaliação, o único dos que participavam na dinâmica, respondeu apontando para uma perspectiva extrapoladora do indivíduo ou grupo, ao falar

"que a gente tenha uma esperança de mudar porque infelizmente não podemos esperar que a justiça seja feita pelos governadores que não tem ação concreta a nível de socialismo. As pessoas usam muito o momento para falar em política. A gente tem que pensar no

⁵⁶ Lembramos que a opção metodológica que elegemos para a definição da ordem das questões na dinâmica partiu das mais simples às mais complexas. Nesse sentido, é prematuro afirmar neste momento que não existe uma perspectiva de pensar e agir para além da realidade específica da Shangri-Lá.

próximo, pois trabalhar sozinho é difícil. Tem que conscientizar as pessoas de não pensar que tudo se resolve num só dia. Na nossa caminhada a gente vai conquistando nosso espaço na sociedade”.

As condições de uma ampla participação social não estão dadas. Precisam ser construídas no tecido contraditório e conflituoso das relações na sociedade. As limitações postas, de ordem econômica, política, cultural ou social, não são, absolutamente, únicas na Shangri-Lá. Na discussão sobre a questão “**As dificuldades que tenho para participar são...**”, um dos temas que surgiu foi a competição travada pela pessoas entre si. Considerando que a ideologia hegemônica veicula a idéia ser saudável a competição, é saudável no sentido do indivíduo exercer a sua liberdade, essa questão era esperada por nós

Um dos moradores, e aliás o único que primou por uma perspectiva mais ampla, sinalizou para o contexto dos movimentos sociais, falando que a dificuldade é de se ter “motivação diante da conjuntura atual do movimento popular”. No entanto, a falta de tempo foi a mais apontada como elemento que dificulta a participação. No debate apareceu uma questão divulgada ideologicamente na sociedade e que está muito presente no senso comum: a idéia de que tempo é questão de preferência.

Como podemos pensar o tempo como uma questão de preferência numa sociedade com sociabilidades tão diferentes? Numa sociedade em que o mundo da necessidade é o campo da experiência humana quase que absoluto para milhares de pessoas? Aquilo que falamos na introdução do nosso trabalho sobre o tempo de tortura que denota o tempo livre constituído pelo desemprego, ajuda-nos a desconstruir essa farsa. Se o tempo de que se necessita para garantir a sobrevivência é um tempo diferenciado pela

condição de classe, ele não pode ser uma questão de preferência. Ele é socialmente construído numa materialidade histórica específica. O redimensionamento do tempo dado pela sociedade moderna em relação aos modos de produção anteriores é uma prova disso.

Assim, “disponibilidade de tempo, ou seja, articular meus compromissos com o tempo disponível”, “o tempo, a parte financeira e a saúde”, “chegar na hora certa”, “porque eu já tenho bastante compromisso e às vezes fica um pouco difícil”, “disponibilizar tempo” foram falas que não carregam em si um patamar de liberdade de escolha tão amplo quanto gostaríamos. São falas de pessoas vinculadas a uma determinada classe, na qual o tempo do lazer é quase que inexistente, na qual neste contexto de crise, agudiza-se ainda mais o pouco tempo para viver o mundo de liberdade, no sentido marxista do termo.

Sob o jugo de uma sociedade produtora de sociabilidades diferentes, conforme já mencionamos, com políticas públicas vincadas pela ética paternalista cristã, na qual as pessoas de uma determinada classe são consumidas em seu tempo na luta pela sobrevivência, e a democracia representativa impera, o engajamento na luta política — e não estamos falando somente sob a perspectiva político-partidária — é, na maioria das vezes, uma atividade que comporta uma sobrecarga de compromissos, seja porque a realidade social é solapada pelas conseqüências de uma sociedade onde os direitos não são respeitados, seja pelo fato das pessoas estarem presas à **roda-viva** da luta cotidiana pela sobrevivência.

Ainda falando sobre a questão do tempo, no debate também aflorou o tema de que a desconstrução, ou melhor, a ruptura com alguns valores culturais tão arraigados em

nossa sociedade é um processo que envolve uma luta política em torno de um projeto societário com outras bases – que acreditamos ser o socialismo –, demandando, necessariamente tempo histórico bastante alargado, ou porque o projeto anteriormente mencionado não representa os interesses das classes dominantes, ou porque o convencimento imprescindível no processo de construção de uma nova hegemonia, no sentido gramsciano, é lento. Em tal sentido, a dimensão educativa presente nos processos de participação, que se pretende mediados pelo senso crítico e pela perspectiva da revolução como processo é fundamental para romper com o senso comum alicerçado na ideologia dominante.

Discutindo, ainda, sobre a necessidade de vivenciarmos a práxis que demanda a construção de uma nova forma de pensar e agir no mundo, falamos sobre o quanto a possibilidade de se construir modelos de participação, ou melhor, a participação ideal, faz parte de uma perspectiva conservadora, porquanto, nega as condições reais de participação, o que nos leva à necessidade de pensarmos sobre os seus diferentes tipos/ níveis, passo fundamental para desconstruirmos modelos e vislumbrarmos a participação possível. Não estamos querendo dizer que as limitações sejam portadoras de uma resignação perante a realidade concreta, mas estamos reforçando a idéia de que, a partir dessa realidade, necessitamos entender a participação existente e construir a participação desejada, embora, para tal, precisemos nos questionar: participação para qual projeto societário?

Discutir sobre a identidade coletiva – de grupo, classe social, de nação – implica falarmos sobre as diferenças, rompermos com uma visão pseudoconcreta de realidade é fundamental para avançarmos na construção de uma nova sociedade.

Como a Shangri-Lá não está numa redoma de vidro que a isola dos valores constitutivos da sociedade de classes, ela não está livre de apresentar incoerências e contradições, portanto a questão da hierarquia também é um desafio a ser enfrentado. Os diferentes papéis desempenhados, pelos também diferentes sujeitos sociais que estão na Shangri-Lá, geram conflitos. Pertencer ou não à diretoria, à Igreja, à ONG, à universidade, ser homem ou mulher, criança, jovem, idoso representam diferenças que vão marcar as relações de poder lá existente, mas o que importa saber é se ocorrem espaços em que tais diferenças podem ser igualmente expostas e democraticamente discutidas.

A dicotomia entre aqueles que planejam e executam deve ser superada através do trabalho coletivo que demanda um tempo mais ampliado para ser construído e pressupõe ter a democracia como instrumento de luta contra o autoritarismo. Novamente retomando Oliveira (1991) quando ele diz que a construção da democracia não implica uma intervenção cirúrgica, acreditamos que este processo é feito de erros e acertos, trazendo, no entanto, traz alguns princípios éticos que não podem ser negligenciados, entre as quais a participação efetiva e a igualdade de condições são alguns deles.

Conforme já discutido, as dificuldades em construir um processo democrático de participação no seu sentido pleno estão ancoradas na própria lógica do sistema social em que estamos inseridos. Não foram poucas as lutas da classe trabalhadora no sentido de ampliar a sua participação no âmbito político, econômico, cultural e social. Sob o imperativo de relações sociais marcadas culturalmente pelo viés do assistencialismo, a

democracia burguesa não representa garantia de participação de setores populares nas tomadas de decisões.

Comportando um nível de abstração maior, quando o desafio do grupo foi discutir **o que é participação**, as dificuldades foram grandes. Buscando superá-las, primeiro fizemos um movimento de, a partir do que fora escrito, identificar o que de comum aparecia nas respostas. No exercício de nossa análise, permitimo-nos canalizar algumas falas, que, apesar de não serem dessa questão específica, ajudam-nos a compreender o conceito de participação para esse grupo.

A idéia de **ajudar, contribuir e doar** para os outros alguma coisa esteve muito presente para os representantes dos diferentes setores participantes. Um dos moradores colocou que **participar** é “uma forma de contribuir com ajuda mútua e atrair as pessoas para participar também. É conquistar os objetivos que a gente procura alcançar”; uma das representantes da Igreja Católica disse que é “contribuir para mudanças. É querer ajudar”, para o representante de uma das instituições de apoio, participar é “contribuir para que uma proposta se torne efetiva”.

Esse contexto suscitou a discussão sobre o papel, na sociedade classista, da caridade, cuja dimensão foi defendida pela maioria dos sujeitos envolvidos na Igreja Católica, colocando-a como “uma coisa importante, um sentimento, um coisa do espírito”. Lembrou-se que sido “a caridade que trouxe o grupo da igreja”, no qual tudo “começou com o sentimento de amor ao próximo”. Entretanto, parece-nos que a caridade como um elemento valorizado pela ética paternalista cristã que pregava a “responsabilidade” dos

mais afortunados para com os menos afortunados, tendo, como contrapartida, a submissão dos assistidos é, sem dúvida, um elemento conservador.

A crença de que o sonho por uma sociedade em que os direitos básicos sejam efetivos nos impõe pensar uma sociedade em que inexista a necessidade de pessoas caridosas, mas de pessoas solidárias. Fazer só caridade é trabalhar sob a perspectiva da reforma e a discussão sobre o direito abarca um horizonte muito mais amplo. No entanto desconsiderar as ações existentes na Shangri-Lá, possibilitadas também pela inserção de sujeitos sociais ligados à igreja, é falsear a nossa análise. Embora não entendamos com profundidade o movimento progressista vivido no interior da Igreja Católica – Teologia da Libertação –, presente em organizações como o MST, por exemplo, ou mesmo a relação da Igreja com a Campanha Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, não podemos deixar de reconhecer que a Shangri-Lá não restringiu seu diálogo à Igreja Católica, conforme sinaliza a presença de ONGs, do PT e das universidades, embora percebamos serem grupos vinculados à Igreja Católica os que mais liderança exercem na cooperativa.

Após essa discussão, um dos representantes da Igreja colocou que a compreensão da caridade daquele grupo é mais ampla e indissociável da questão política: “Não é só caridade. Foi isso que nos afastou da igreja tradicional”. Realmente, acreditamos que o fato de haver reuniões do PT, e parcerias com entidades eclesiais e leigas mostra um certo rompimento com a perspectiva de caridade apontada inicialmente, apesar de, vale lembrar como um elemento da cultura da ética paternalista cristã, a caridade também existe na Shangri-Lá.

Apesar do conceito de participação ser usado por representantes de diferentes setores sociais, não existe um consenso sobre ele. Para nós, discutir sobre o assunto implica chamar atenção para alguns elementos, como a tomada de decisões, a circulação de informações, o projeto societário, etc. O fenômeno da participação permeia os meandros da vida da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, da vida cotidiana (Faleiros, 1982), sendo processo contínuo, inerente ao contexto histórico: numa situação de crise, de desemprego, de neoliberalismo, de reestruturação produtiva, tal fenômeno parece ainda mais mistificado.

Quando a questão discutida foi **para participar mais é preciso**, elementos como organização, responsabilidade, conscientização, companheirismo, tempo, motivação, força de vontade, etc. estiveram presentes. No âmbito das respostas dos moradores temos: “Se organizar e manter a responsabilidade acima de tudo e ser uma pessoas articulada”; “ser conscientizado, compreender mais os outros, se conscientizar que você tem limites e os outros também, compreender que você precisa cada vez mais dos outros e que os outros também dependem de você: se educar, respeitar, dialogar e se dedicar àquilo que você está fazendo”; “força de vontade, tempo, motivação, ideal”; “estar sempre juntos, botar as idéias para fora”. Esses depoimentos apresentam alguns componentes que, segundo acreditamos, tiveram uma dimensão que ultrapassou os limites do local, uma vez que falam sobre a necessidade de organização, de compreensão da realidade, de articulação política, bem como de trabalhar com a formação.

Lembrando Hobsbawn, sobre a organização dos trabalhadores como uma dimensão primordial para a classe trabalhadora na construção da democracia, secundarizou a necessidade de avaliar a democracia interna e a flexibilidade daquelas. A fala de um dos

voluntários que não está vinculado a nenhuma instituição. ao responder a questão “para participar mais é preciso...” — “ter apoio de todos nos momentos difíceis” —, pode estar indicando o campo de disputa inexistente na Shangri-Lá, tocando na questão da democracia interna apresentada pelo autor.

No debate, ao constatar que num curso de congelados, simultaneamente à nossa dinâmica, a frequência era bastante expressiva, um morador fez a seguinte colocação: “Sabe qual o segredo da participação? Quando a coisa é interessante está aí: gente pra caramba na reunião de congelado. A gente não pode dizer que as pessoas não querem nada, não participam. Qual o incentivo que têm para participar? Qual o chamarisco que têm ?

Tomando a idéia de Marx referente à necessidade de se conhecer a realidade para transformá-la, acreditamos que o conhecimento sobre as expectativas, e as diferentes potencialidades do grupo, das pessoas envolvidas é constitutivo de uma ação possibilitadora de alargamento do engajamento político, da compreensão da importância da ação coletiva e da organização. Entendendo a produção do homem nas relações sociais conforme sinaliza Gramsci no conceito de homem, e como tais relações também comportam o cotidiano, é significativo o depoimento de um outro morador:

“Pegando cada uma das casas eu vejo que todo mundo participa. Se for de casa em casa, a gente vê que eles participam, mas se a gente for pegar aquilo que a liderança participa, a liderança quer que os outros participem também no mesmo patamar. E aí ser importante a gente potencializar a participação de cada um...”

A participação como elemento constitutivo da democracia é uma prática que devemos ampliar, mesmo sabendo sonhada por nós só seja possível somente sob o

imperativo de um novo modelo de sociedade, o que não quer dizer que outras contradições não se farão presentes .